

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Contratação emergencial para adquirir bens e serviços necessários ao enfrentamento da COVID-19: considerações sobre o artigo 4º da Lei nº 13.979/2020</i> Alexandre Levin	15
<i>Participação feminina no parlamento e a democracia paritária: desafios para o Brasil</i> Gabriela Shizue Soares de Araujo.....	37
<i>A tipicidade formal e material dos atos de improbidade administrativa: uma análise sob as perspectivas doutrinária e jurisprudencial</i> Gabriel Silva Costa	57
<i>Introdução aos fundamentos e modos de defesa da livre concorrência</i> Tiago Bitencourt De David.....	83

JURISPRUDÊNCIA

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

<i>Conflito Negativo de Competência. Causa de natureza previdenciária. Varas Federais com competência cível e previdenciária. Controvérsia a respeito da regularidade de processo administrativo previdenciário. Ausência de discussão a respeito dos requisitos para a concessão ou revisão de benefício da seguridade social. Competência da unidade cível.</i> CCCV 5011468-50.2020.4.03.0000 Desembargadora Federal Therezinha Cazerta	99
--	----

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Prefeitura. Convênio com Ministério do Turismo. Verba federal. Fraude em licitação. Dano “in re ipsa”. Enriquecimento ilícito. Não prestação de contas.</i> ApCiv 0001184-76.2013.4.03.6123 Juíza Federal Convocada Denise Avelar	117
<i>Conselho Federal de Medicina. Processo ético-profissional. Nulidade de ato administrativo. Suspensão do exercício profissional. Ausência de ilegalidade.</i> ApCiv 0020993-24.2013.4.03.6100 Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....	134

ANP. Poder de polícia. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo. Auto de infração. Reincidência em infração administrativa. Período depurador.

ApCiv 0022625-17.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Antonio Cedenho.....143

Servidor público. Aposentadoria voluntária. Pendência de processo administrativo disciplinar. Prazo legal ultrapassado.

ApCiv 5000555-02.2017.4.03.6115

Desembargador Federal Peixoto Junior 153

Infração metrológica. Perícia e procedimento administrativo. Indeferimento de perícia. Nulidades inexistentes. Multa. Sanção. Razoabilidade e proporcionalidade.

ApCiv 5002244-11.2018.4.03.6127

Desembargador Federal Carlos Muta 157

Servidor público. CNEN. Prescrição quinquenal. Trabalho em atividades expostas à radiação. Jornada semanal de trabalho. Redução. Lei nº 1.234/1950. Incidência. Horas extras. Gratificação específica de produção de radioisótopos e radiofármacos.

ApelRemNec 5020968-47.2018.4.03.6100

Desembargador Federal Wilson Zauhy 167

Ensino superior. Cotas. Autodeclaração. Comissão de veracidade instituída após a matrícula. Possibilidade.

AI 5007958-63.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre 177

Servidor público federal. Mandado de Segurança Coletivo. Bônus de eficiência e produtividade na atividade aduaneira. Lei nº 13.464/2017. Paridade entre servidores ativos e inativos. Natureza genérica não comprovada. Impossibilidade.

AI 5001485-27.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Francisco.....186

DIREITO CIVIL

Ação Monitória. Contrato particular de consolidação, confissão, renegociação de dívida e outras obrigações. Título executivo extrajudicial cabimento da ação. Aplicação do CDC. Capitalização de juros. Expressa previsão contratual. Inocorrência de cobrança de juros abusivos.

ApCiv 5001675-86.2018.4.03.6134

Desembargador Federal Hélio Nogueira 195

Ação Revisional. Prestação de serviços educacionais. Financiamento estudantil. FIES. Isonomia. Igualdade nas contratações.

ApCiv 5002395-77.2018.4.03.6126

Desembargador Federal Valdeci dos Santos..... 206

DIREITO PENAL

Moeda falsa. Reforma da sentença para condenação do réu. Dosimetria. Circunstância judicial desfavorável. Exasperação da pena-base. Atenuantes pela confissão extrajudicial e idade do acusado à época dos fatos. Regime inicial aberto. Substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

ApCrim 0001706-30.2017.4.03.6005

Desembargador Federal André Nekatschalow 213

Corrupção de menores. Artigo 244-B do ECA. Crime formal. Dosimetria da pena do tráfico ilícito de entorpecentes. Culpabilidade exacerbada. Valoração das características do entorpecente (qualidade e quantidade). Transnacionalidade do delito. Relações familiares estreitas. Descumprimento de dever legal de proteção familiar ao adolescente. Aumento da pena-base.

ApCrim 0000776-75.2018.4.03.6005

Desembargador Federal José Lunardelli 221

Estelionato. Artigo 171, § 3º, do Código Penal. Recurso do Ministério Público Federal. Materialidade demonstrada. Autoria e dolo não comprovados. Manutenção da sentença absolutória.

ApCrim 0006649-13.2018.4.03.6181

Desembargador Federal Paulo Fontes 239

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Revisão de benefício. Decadência não verificada. Período básico de cálculo. Apuração do salário de benefício. Tema 999 do STJ. Regime próprio de previdência. Cômputo.

ApCiv 0000046-33.2006.4.03.6119

Desembargador Federal Nelson Porfírio 257

Aposentadoria especial. Tensão elétrica. Agentes biológicos. Termo “a quo”.

ApCiv 0000708-81.2015.4.03.6183

Desembargador Federal Newton De Lucca 266

Recurso Especial. Admissibilidade. Cálculo da renda mensal inicial. Exercício de atividades concomitantes. Entendimento do acórdão recorrido no sentido de que atividade principal é aquela que corresponde ao maior tempo de contribuição. Divergência do entendimento da instância superior de que atividade principal é “aquela que gerar maior proveito econômico no cálculo da renda mensal inicial”.

REsp ApCiv 0042199-66.2015.4.03.9999

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 276

Aposentadoria por invalidez. Cálculo da RMI. Salários-de-contribuição. Segurado facultativo. Redução da contribuição previdenciária ao valor mínimo por ocasião do reingresso. Impossibilidade. Extinção da escala de salário-base pela Lei nº 9.876/1999.

ApCiv 0000759-56.2016.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado 278

Pensão por morte. Filho maior inválido. Comprovação da invalidez antes do óbito. Dependência presumida.

ApCiv 0001279-56.2016.4.03.6138
Desembargador Federal Batista Gonçalves285

Concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Segurado facultativo de baixa renda. Irregularidade. Ausência de inscrição no CADÚNICO.

ApCiv 0002685-38.2017.4.03.9999
Desembargadora Federal Inês Virgínia 292

Atividade especial. Licença remunerada. Curso profissionalizante. Menor aprendiz. Não reconhecimento. Afastamento de especialidade por utilização de EPI. Inocorrência. Contemporaneidade do laudo/PPP para prova de especialidade.

ApCiv 5007558-61.2018.4.03.6183
Desembargador Federal Luiz Stefanini301

Seguro desemprego. Condição de sócio de empresas inativas. Pagamento do benefício. Possibilidade.

ApCiv 5000408-92.2019.4.03.6183
Juíza Federal Convocada Vanessa Mello 315

Aposentadoria por idade rural. Concessão de benefício. Regime de economia familiar afastado. Notas fiscais de produção. Produção em larga escala. Comercialização da produção. Não comprovação de trabalho rural pelo período de carência exigido em lei.

ApCiv 0356729-26.2020.4.03.9999
Juíza Federal Convocada Leila Paiva.....318

Restabelecimento de auxílio-doença. Procedência do pedido pelo juízo de primeiro grau. Acolhimento de preliminar de nulidade suscitada pelo INSS. Nulidade do laudo médico judicial. Atuação de profissional técnico não habilitado para certificação da incapacidade laborativa da autora. Fisioterapeuta. Retorno dos autos ao juízo de origem para elaboração de nova perícia.

Ag ApelRemNec 5147651-04.2020.4.03.9999
Desembargador Federal David Dantas 326

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação revisional de benefício. Requerimento prévio do benefício na via administrativa. Embargos de Declaração. Verificação das hipóteses previstas no artigo 1.022 do CPC/15. Recurso parcialmente acolhido.

EDcl ApelRemNec 0004492-13.2008.4.03.6183
Desembargador Federal Paulo Domingues333

Execução de sentença. Requisição de pequeno valor. Saldo remanescente. Juros de mora. Correção monetária. Entendimento do e. STF. Repercussão geral. Juízo de retratação.

ApCiv 0063790-31.2008.4.03.9999
Desembargador Federal Sérgio Nascimento337

Bacia do Rio Taquari. Agravo de Instrumento tirado de Ação Civil Pública cuja petição inicial, genérica e indeterminada, formula pedidos condicionais, tumultuários e incertos. Inépcia múltipla, ampla e radical: insanável. Extinção, de ofício, da Ação Civil Pública, pela aplicação do princípio translativo.

AI 0019452-15.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto 340

Agravo Interno. Repetição de indébito. ICMS destacado na base de cálculo do PIS e COFINS. Desnecessidade de sobrestamento.

Ag ApelRemNec 5000638-91.2016.4.03.6102

Desembargador Federal Souza Ribeiro357

Execução Fiscal. Supressão de instância. Penhora. Bem de família. Ausência de prova. Construção sobre plano de previdência privada. Impenhorabilidade.

AI 5012321-93.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Marli Ferreira363

Ação Rescisória. Revisão de benefício. Adequação aos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Termo inicial da prescrição quinquenal. Violação de norma jurídica não configurada. Matéria controvertida à época da prolação do julgado rescindendo.

AR 5028727-92.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Toru Yamamoto370

Agravo Interno. Instituto de Defesa do Consumidor. Suspensão de liminar e de sentença. Suspensão de fornecimento de serviços essenciais de telefonia, água e gás aos consumidores residenciais ao longo do período de emergência de saúde relativa ao COVID-19.

AI SLAT 5008241-52.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia 389

Liquidação de sentença. Impugnação. Discussão acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais a favor da DPU. Inovação em sede recursal. Impossibilidade. Benefício por incapacidade. Desconto de período em que houve recolhimento de contribuições previdenciárias ou vínculo empregatício. Impossibilidade. Tema 1013. Afetação. Suspensão do feito. Inaplicabilidade em sede de cumprimento de sentença.

AI 5010461-23.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Gilberto Jordan 391

Gratuidade da justiça. Indeferimento. Declaração de hipossuficiência. Presunção de veracidade ilidida por prova em contrário. Hipossuficiência afastada.

AI 5013819-93.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Lucia Ursaia395

Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Prescrição intercorrente. Não ocorrência. Artigo 40 da Lei de Execução Fiscal.

AI 5015587-54.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Nery Júnior 398

Conflito de Competência. Juizado Especial Federal e Justiça Comum Federal. Previdenciário. Ação de repetição de indébito c/c danos morais. Indenização por dano moral estimada em valor excessivo. Retificação de ofício do valor da causa. Possibilidade.

CCCiv 5019114-14.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Baptista Pereira 403

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Embargos de declaração. Omissão. Integração. Prazo prescricional. Interrupção. Extinção da punibilidade reconhecida de ofício.

EDcl EIfNu 0002244-56.2003.4.03.6181

Desembargador Federal Maurício Kato 409

“Habeas Corpus”. Operação “Boca Livre”. Fraude relacionada a benefícios da Lei Rouanet. Imputação de prática do crime de estelionato qualificado. Conflito aparente de normas. Reclassificação da conduta antes da prolação da sentença. Possibilidade. Competência do Juizado Especial Federal Criminal.

HCCrim 5025362-30.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Nino Toldo 413

“Habeas Corpus”. Crimes dos artigos 171, § 3º, e 288, ambos do CP. Fraude. Auxílio emergencial. Manutenção da prisão preventiva. Presença dos requisitos do artigo 312 do CPP. Garantia da ordem pública. Índícios de integração de organização criminosa. Gravidade concreta dos fatos. Medidas cautelares diversas da prisão. Não cabimento.

HCCrim 5024180-72.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 427

DIREITO TRIBUTÁRIO

Embargos à Execução Fiscal. IPTU. Imóvel do INSS. Prescrição do IPTU do exercício de 2013. Ocorrência. Imunidade recíproca. Configuração.

ApCiv 5004284-58.2019.4.03.6182

Desembargador Federal André Nabarrete 439

Execução Fiscal. Redirecionamento aos sócios. Somente àqueles que estavam na administração da empresa na época do fato gerador e da dissolução irregular. Tema afetado. REsp nº 1.645.333/SP, 1.643.944/SP e 1.645.281/SP. Sobrestamento. Recurso improvido.

AI 5006682-94.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 445

Mandado de Segurança. Pandemia. Covid-19. Suspensão da exigibilidade ou postergação do pagamento de tributos. Impossibilidade.

ApCiv 5001071-75.2020.4.03.6128

Desembargadora Federal Diva Malerbi 448

Execução Fiscal. Exclusão do ICMS da base de cálculo do simples nacional. Inaplicabilidade da decisão proferida pelo STF no RE nº 574.706. Exceção de pré-executividade. Meio inadequado.

Ag AI 5017447-90.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Johansom Di Salvo.....455

SENTENÇAS

Denúncia. Imputação de prática dos delitos previstos nos artigos 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990. Disponibilização e transmissão de farto material pornográfico contendo nudez e cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes.

0002209-94.2017.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 461

Procedimento comum. Pretensão de obter, em regresso, ressarcimento decorrente de pagamento de benefício por acidente de trabalho. Fratura do fêmur. Alegação de culpa exclusiva da empregadora em razão da inobservância de regras técnicas sobre segurança e saúde no trabalho.

5001803-18.2018.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite473

Mandado de Segurança. Pedido de liminar contra ato do Diretor da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS. Alegação que a autoridade coatora limitou os atendimentos aos encarcerados, em prejuízo aos advogados, sendo que a direção daquele estabelecimento nunca cumpriu o disposto no artigo 2º, § 2º da Portaria DISP nº 4/2016, que prevê o direito a ter até 3 (três) atendimentos por dia.

0000463-95.2019.4.03.6000

Juíza Federal Marcela Ascer Rossi 485

Posse de terreno localizado às margens da rodovia BR-116. Pedido de restituição e ressarcimento dos custos de remanejamento das acessões que se encontram no terreno invadido.

5000317-67.2019.4.03.6129

Juiz Federal Gabriel Hillen Albernaz Andrade 488

Ação ordinária com pedido de tutela de urgência. Pretensão de afastamento de ato normativo constante das Resoluções nº 2.121/2015 e 2.168/2017 do CFM. Autorização para doação de óvulos de uma irmã para outra irmã, para fins de reprodução assistida e tratamento de fertilização “in vitro”. Pleito de abstenção de adotar quaisquer medidas ético-disciplinares contra os profissionais envolvidos nessa intervenção.

5000757-45.2019.4.03.6135

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes495

Pleito de concessão de auxílio-reclusão. Prisão do genitor.

5011983-97.2019.4.03.6183

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 509

Pedido de auxílio-emergencial. Indeferimento pelo aplicativo próprio do Governo Federal.
0004168-41.2020.4.03.6332
Juiz Federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida 515

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 521

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 525